1



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

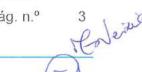
## ATA NÚMERO UM DE DOIS MIL E DEZOITO

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu o Órgão Deliberativo, em conformidade com o disposto nos artigos 27.º e 49.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de doze de setembro na sua atual redação. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto Um — Apreciação e votação da ata da sessão extraordinária de trinta de novembro de dois mil e dezassete.
Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e dezassete.
Ponto Três — Conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças de Jovens referente ao ano de dois mil e dezassete, nos termos da alínea j), do número dois do artigo 18.º da Lei número 142/2015 de oito de setembro
Ponto Quatro — Discussão e aprovação da Alteração ao Regulamento de Obras do Parque Industrial da Ouvida, aprovado em Reunião de Câmara do dia catorze de dezembro de dois mil e dezassete e enviado à Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro
Ponto Cinco – Discussão e aprovação dos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, aprovados em Reunião de Câmara do dia dois de fevereiro de dois mil e dezoito e enviado à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro
<u>Ponto Seis</u> — Aprovação da Área de Reabilitação Urbana, nos termos da alínea h) do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro
Ponto Sete — Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade no Município, bem como da situação financeira do mesmo
Ponto Oito — Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro, ambos do artigo 57.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa.
A Senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por cumprimentar todos os presentes
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:
- <u>Período de Intervenção do Público de harmonia com o número um, do artigo 49.º, do</u> Anexo l da Lei número 75/2013, de doze de setembro.
Por parte do público esteve presente a Senhora Alcina Santos.



Alcina Santos
Usou da palavra a Senhora Alcina Santos para referir que esteve naquela sessão por ter assumido a presidência da Assembleia de Gestão de Compartes da Pereira sendo apenas a sua pretensão ter conhecimento dos assuntos ali tratados e passíveis de serem úteis no desempenho da sua função aquando da reunião de assembleia a que preside. Acrescenta ainda que, tendo em conta os pontos da ordem de trabalhos nenhum assunto é do seu particular interesse, não obstante pretende ainda ter conhecimento do funcionamento dos órgãos autárquicos
Intervenção da Presidente da Mesa
Agradece a presença da mesma na sessão
- Leitura e apreciação do expediente.
A Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura e apreciação do expediente dando conhecimento da existência de várias propostas legislativas emanadas da Assembleia da República e que enviará para conhecimento de todos
Informou que, no dia três de março de dois mil e dezoito, estará numa reunião de Presidentes de Assembleias Municipais em Lisboa. Referiu a existência de vários pedidos de presença bem como um contacto telefónico, por parte do Doutor José Manuel Pavão, a solicitar o maior número de Presidentes de Assembleias Municipais na reunião para poderem ser tratados assuntos de interesse destas assembleias. Posteriormente, comunicará à Assembleia a que preside, o que naquela reunião se tratou
- <u>Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º, do Anexo l</u> da Lei 75/2013, de doze de setembro.
<u>Intervenções dos Deputados da Assembleia Municipal</u>
João Cândido da Silva Henrique
Usou da palavra o deputado João Henrique para referir que gostava de fazer um convite, enquanto Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire, dirigindo-o a todos. O convite vem da parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire, que no dia dois de março de dois mil e dezoito (sexta-feira) completa cento e quarenta anos. Atendendo ao facto de ser uma sexta-feira haverá apenas um momento simbólico, em que a sirene tocará de forma diferente às nove horas da manhã. Sublinha que gostava que todos os deputados se sentissem absolutamente convidados bem como a Senhora do público sendo o convite extensível a toda a população. Acrescenta que esta associação não é uma gota no concelho e que faz parte do mesmo. As comemorações, iniciarão às nove horas da manhã de domingo onde haverá a formatura, desfile até à Igreja, missa, bênção de algumas viaturas e um bolo que será partido para toda a população
Continuou a sua intervenção agradecendo com muita firmeza e solenidade, essencialmente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a forma como tem tratado os Bombeiros. Referiu que, sempre foram bem tratados por todos os elencos camarários que pela Assembleia passaram, no entanto afirma (acrescentando não ficar calado nestas situações), que a forma como têm tratado os Bombeiros, espelha o comprometimento com os mesmos. Acrescentou que é a sua intenção, deixar-lhe este agradecimento em público, uma vez que é verdade, é factual e comprovável
contra os Bombeiros, deixando-os numa situação muito complicada, querendo reduzi-los à maior







insignificância possível. O deputado da assembleia apresentou as seguintes situações: entidades oficiais devem à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire duzentos mil euros (comprovado facilmente); - em qualquer candidatura que se faça, ocorre de imediato um corte de vinte e cinco por cento (vinte a vinte e cinco por cento) dando o direito de audição e de seguida recuam dizendo que cortam cinco por cento e desta forma evitam idas para o tribunal, já que se gastaria mais em tribunal do que aquilo que devem, dos cinco por cento; - os Hospitais de Viseu e da Universidade de Coimbra devem aos Bombeiros há mais de um ano; entidades como a Administração Regional de Saúde e o Instituto Nacional de Emergência Médica de Portugal que devem quatro ou cinco meses. Acrescenta que desta forma é fácil chegar a bons números, ou seja, não pagam, presta-se o serviço e passa para o ano seguinte. Mencionou que consegue provar facilmente, estando disponível das nove às dezoito horas, na Secretaria para poderem consultar o que afirmou. ----------Acrescentou ainda que, fazer Leis é muito fácil e dizer que tudo terá que estar limpo até quinze de março, também. Questiona-se se há alguma pessoa de bom senso que possa definir uma meta que já sabe que é inatingível. A este respeito disse ainda que definir uma meta, dizer que daqui a dois meses iremos ter aqui um aeroporto, é evidente que poderá dizer-se, mas será inatingível. Referiu que o Princípio é bom mas completamente errado porque não há possibilidade de se concretizar. ----------Reiterou que, em termos de Proteção Civil, é absolutamente errado a retirada dos Comandantes dos Bombeiros das Comissões Concelhias, introduzindo o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, não tendo estes últimos qualquer problema, pois na necessidade de abrir um caminho, este instituto põe-o lá. Também retiraram os Comandantes que são essenciais de um lado mas não os retiram dos tribunais. A este propósito dá o exemplo dos Bombeiros de Pedrógão Grande, que estão em tribunal, sendo posto em causa, se cortaram o dispositivo, se tiraram os helicópteros, os aviões sendo depois o comandante é o culpado.----------Termina a sua intervenção alertando o Senhor Presidente da Câmara e a Proteção Civil deste concelho, porque efetivamente estão a querer reduzir à mais ínfima espécie os corpos dos Bombeiros que sempre foram o braço direito da mesma, neste concelho. -----------Constantino Duarte Silva ----------Iniciou a sua intervenção cumprimentando a mesa da Assembleia, a mesa do Executivo e os restantes deputados bem como a senhora que se encontra a assistir à sessão e que representa uma associação de compartes ou uma direção de compartes.-----------Interveio, fazendo referência ao papel de sensibilização que a Câmara teve, servindo-se do meio de comunicação (o envelope da fatura da água), por forma a chegar a todos os munícipes. Alertou que não chega a todos, porque há muitos munícipes que não têm água da rede, servindose das instalações de retenção dos resíduos sólidos, mas não pagando o imposto. Todavia, acrescentou que foi uma boa iniciativa devendo ser utilizada sempre que for preciso, sempre que for necessário dar a conhecer aos munícipes tudo o que não lhes é possível chegar por outro meio. Referiu que, como foi proferido pelo deputado João Cândido, é muito fácil fazer Leis mas para as mesmas chegarem às pessoas e as poderem cumprir, é muito difícil, lembrando que existem muitas pessoas que não têm acesso às mesmas e quando alguém lhes aplica uma coima, por vezes nem sabem a razão da mesma. --------No que concerne à Lei, destacou que deve dar-se a conhecer a mesma mas também os meios que os munícipes têm disponíveis para se desfazerem do sobrante que fizeram das suas áreas (o que antes era um rastilho é agora um barril de pólvora) sendo inexistente no concelho



Cherry Piberson

uma central de biomassa, onde se possam depositar os cortes e o sobrante dos terrenos. Uma vez que no concelho não existe esta central, é de todo importante dar a saber aos munícipes os meios disponíveis para não serem autuados pela Guarda Nacional Republicana, que autua a torto e a direito, em detrimento da sensibilização. Acrescentou que a época que agora decorre deveria ser de sensibilização e que na altura crítica dos incêndios, não fizessem o que neste momento se encontram a fazer, não tendo chegado às pessoas a necessidade de uma autorização, sendo necessário tirar uma licença. Referiu, que por vezes, questiona-se se é melhor não dar a conhecer os meios de que as pessoas dispõem ou antes deixar que venham à Câmara tirar licenças e receber o dinheiro das mesmas, uma questão que levantou.

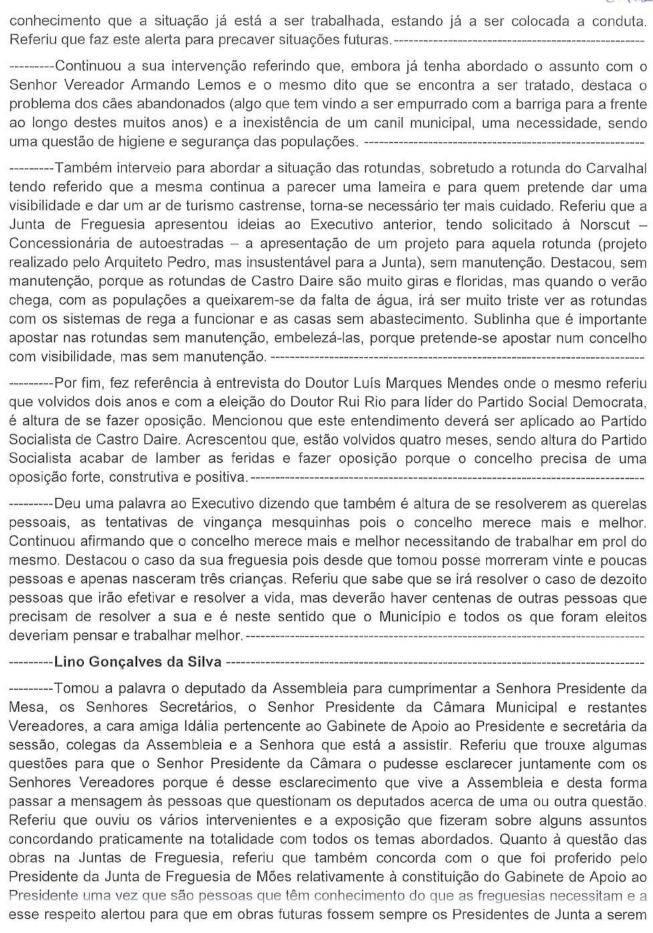
-----No seguimento do acima mencionado, aludiu ao conceito de queimada controlada, sendo a mesma feita a partir do mato que foi cortado, do sobrante, queimado lentamente com a supervisão, talvez, dos Bombeiros sem que ocorra o risco da existência de incêndios ou que o mesmo se propague a outras áreas (referiu estar a falar com certeza uma vez que já existiram contactos por parte das Engenharias da Associação de Produtores Florestais aos Presidentes de Junta e aos Conselhos Diretivos dos Compartes no sentido de se realizarem queimadas controladas nas suas áreas da freguesia). Interveio questionando sobre que Lei permite fazer queimadas, nas diferentes áreas da freguesia, nomeadamente na serra e perguntou o seguinte: Será que na serra não existe vida para além das pessoas? Não há fauna, flora, apicultores, caça, associação de caçadores? Referiu-se às associações que se dirigem à Câmara para tirar uma licença para pegar fogo ao monte (ainda que seja uma queimada controlada) mas isso não é uma queimada, é um incêndio, é crime. Pediu para o Senhor Presidente da Câmara estar atento porque na serra existe vida para além das pessoas. Há fauna, há flora (tem-se um mel tão característico da região) e agora está a querer queimar-se sargaço, urgueira, queiró, rosmaninho (dão sabor característico ao mel) que por consequência darão lugar a giestas. Desta forma, alertou para o facto de haver a necessidade de pensar quando se atribui uma licença para colocação de fogos, mesmo que sejam controlados. Referiu que existem outros meios para se poderem desfazer do mato. Há meios mecânicos para cortar o mato e assim na altura dos incêndios evitar que haja perda de vidas humanas e bens. Fez referência ao Centro de Interpretação Montemuro e Paiva e ao facto de no mesmo não se falar do fogo da Serra do Montemuro, mas que arde todos os anos nos meses de agosto, setembro e outubro. Deixou a pergunta: Não se tem em conta o turismo, a preservação da natureza e o meio ambiente? -----

-----Marco Aurélio Lírio Andrade-----

------Fez referência à situação da água acrescentando que, estando no segundo terço do inverno e quase na primavera, a questão da água continua por resolver. O abastecimento em Castro Daire, nomeadamente com relação à conduta que segue para o lado sul do concelho, tem tido roturas nos últimos tempos nas zonas de Courinha, Ribolhinhos, Arcas, Soutelo, aldeias da Freguesia de Mões, ocorrendo falta de água permanente. Neste sentido, destacou a conduta adutora do Pereiro, habitualmente em falha aos fins de semana ficando duas localidades da Freguesia de Mões privadas de abastecimento público. Igualmente, a situação do Canado que, no início do outono e do inverno, foi abastecida por cisterna, embora tenha referido que tem









Charage Colores

-----Continuou a sua intervenção referindo que concorda em pleno com as novas tecnologias que se vão impondo no Município, em concreto as câmaras de vigilância no armazém dos funcionários, sublinhando que toda a pessoa que se sente tranquila e séria não tem que estar incomodada com a existência de câmaras de vigilância, seja ela em que lugar for. Todavia, questionou se estão a pensar colocar câmaras em todos os espaços do Município. Perguntou também relativamente à mudança que houve, e que neste fim de semana o deixou embaraçado e deixou incomodado um seu colega no que concerne ao abastecimento de gasóleo nas bombas de combustível do Município. Acrescentou que, anteriormente, cada motorista era possuidor de uma vinheta com um código ficando registado sempre que ocorre um abastecimento de gasóleo e dessa forma era possível saber quem era o funcionário e o número de litros que abastecia na viatura, ficando registada, também, a matrícula da mesma. Desta maneira, estava salvaguardado o motorista e sempre que ocorresse uma desconfiança, relativo a qualquer funcionário, chamavase a atenção, em especial quando uma viatura consumia litros a mais em função dos guilómetros realizados e avaliando se a viatura estava a consumir demais ou se era o funcionário que porventura estava a fazer um desgaste ao próprio gasóleo. Contudo, nesta altura quando se chega a um fim de semana e considerando o caso de um motorista que chegue, por exemplo, à meia-noite não consegue abastecer a viatura para o dia seguinte, para o novo motorista iniciará um novo percurso. Referiu que um motorista tem por obrigação abastecer de gasóleo até chegar ao destino mas não tem que despender de cinquenta ou cem euros e abastecer o carro à conta dele para que, posteriormente, seja reembolsado. Considerou que esta é uma questão a melhorar. Referiu ainda que, o Senhor Presidente da Câmara está em fase de arrumação da casa à sua maneira e bem, e elogiou o trabalho feito junto ao armazém em face com a estrada, tendo procedido a uma limpeza necessária (uma obra de alguma simplicidade mas que se fez). Partindo da análise que fez à Informação do Presidente verificou que a conduta será feita por administração direta tendo salientado que talvez aí, os precários que vão entrar, sejam para fazer um reforço de assistentes operacionais e técnicos, possivelmente, para darem um acompanhamento e desempenho dessa obra (obra muito importante em que parece estarem todos de acordo).-----

-----Terminou a sua intervenção dizendo o seguinte: "Temos que confiar uns nos outros! Quando não há confiança, se eu não confiar em todos vocês, vocês têm todo o direito em não confiar em mim. Acho que temos que dialogar, sendo esta forma de democracia muito importante. Dizer o que achamos é a melhor forma, mas temos que ter confiança nos nossos vizinhos, nos



(Rowal)

nossos colegas. Quando isso não existe, Senhor Presidente, as coisas são muito difíceis de funcionar bem", ----------José de Almeida Gonçalves ----------- Usou da palavra para saudar a Mesa da Assembleia, o Executivo camarário, os colegas e a senhora funcionária. Afirmou que esteve para prescindir da intervenção, no entanto o panfleto que o deputado Constantino Silva trouxe, chamou a sua atenção. Referiu que o panfleto foi uma forma de elucidar as pessoas, no entanto o mesmo informou de um erro crasso, pois referia-se a cinquenta metros de distância quando a Lei prevê que em aglomerados populacionais a distância seja de cem metros. Perante tal situação, apareceram pessoas aflitas com estas dúvidas. Todavia, o mesmo esclareceu que os cinquenta metros referem-se a casas isoladas e os cem metros a aglomerados populacionais com mais de dez habitações. Acrescentou que a distância entre as copas de árvores, nomeadamente entre pinheiros, pinheiros-bravos e eucaliptos passou de quatro para dez metros e é importante informar as pessoas. Ainda neste contexto fez a seguinte questão: Nas vias municipais, relativa às faixas de dez metros para cada lado, a limpeza é da competência do Município ou é da competência dos proprietários? E, se for do Município, os cortes são dados ao proprietário ou ficam para o Município? Um outro assunto, de forma breve, foi relativo à intervenção do deputado António Luís quando se referiu à Feira das Colheitas e as prioridades. No entanto, sublinhou que em relação à saída de muito dinheiro do Município aquando dos concursos de gado, talvez entre mais dinheiro do que saia, uma vez que, nós temos os topos de gama do Gado Arouquês e os mesmos vão aos concursos a Aveiro, Vale de Cambra, Arouca, Castelo de Paiva, Cinfães, Resende, Marco de Canaveses, Amarante, Mesão Frio e outros locais e em todas regressam bem classificadas. Cabril e Parada de Ester têm topos de ------Márcio Ferreira dos Santos -----------Usou da palavra para cumprimentar todo o executivo e também a Mesa da Assembleia. O primeiro assunto apresentado foi relativo à sua Junta de Freguesia, deixando um pedido ao Executivo camarário relacionado com a execução de uma obra em São Joaninho, em curso, e sobre a qual já havia tido a oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Câmara e da Junta de Freguesia no sentido de se entenderem e a obra ficar concluída, pois o São João aproxima-se (propósito para o qual foram feitas) e as casas de banho iniciaram-se, têm o tosco mais ou menos executado mas não estão concluídas. Referiu que é evidente que as Juntas de Freguesia não dispõe de verba para concluir, foi uma obra que veio do executivo anterior sem um compromisso formal mas seria de todo importante que o atual executivo tentasse resolver o problema, por forma a que, pelo menos até ao São João a obra ficasse concluída. -----------A segunda questão abordada foi o tema dos precários, uma legislação feita e, obviamente não pelo executivo, sendo uma legislação nacional e que na sua opinião muito se relaciona com a geringonça e com a pressão do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda e o peso destes na geringonça. Referiu que, em relação à legislação, na sua opinião, a mesma constitui uma aberração jurídica e constitucional. Referiu que a Lei prevê que as Câmaras e o próprio estado possa incluir nos Quadros (contrato praticamente vitalício) pessoas que são designadas precários, ou seja, que estão com contratos de avença ou com contratos denominados Contratos de Emprego e Inserção. Mas, existem pessoas que nunca tiveram a oportunidade de ser precários e desta forma, estão impedidas de serem contratadas ao abrigo desta legislação. A Lei obriga, ou pelo menos permite, que as autarquias o possam fazer, quase que escolhendo pessoas, não podendo lançar um concurso aberto a qualquer interessado que queira concorrer. Salientou que, quando numa Câmara existe um único precário que realiza uma determinada tarefa, essa pessoa





está contratada. É quase uma decisão por escolha direta e portanto a legislação nos termos em que está elaborada, é pelo deputado considerada uma aberração, roça completamente os princípios constitucionais. Salientou que o executivo tem que trabalhar com base na legislação que tem, não deixando de ser uma oportunidade para o mesmo regularizar algumas questões que têm que ver com a precariedade. Acrescentou que é óbvio que aqui acontecem concursos, nomeadamente na área dos assistentes operacionais que, de alguma forma, dado o grande número das pessoas que podem concorrer para esses concursos não desvirtualiza tanto a questão do concurso em si porque há efetivamente pessoas que estão em condições de concorrer para o mesmo cargo. Questiona mesmo acerca da legitimidade que esses precários têm para serem premiados pela precariedade em relação a todos as outras que não o são. Esta foi uma questão que colocou, não ao executivo mas a quem fez a legislação, dizendo que esta forma de resolver este assunto o deixa indignado, sobretudo porque aquilo que realmente se está a assistir é guase uma escolha. Referiu que espera que este executivo seja capaz, mediante as condicionantes que a própria Lei lhes coloca, de explicar os critérios que norteiam a escolha das pessoas. Ainda assim, afirmou que pensa que a Câmara fez o levantamento das necessidades e determinou quais desses precários necessita efetivamente nos serviços, tendo sido esse o caminho trilhado, senão veja-se: considerando que os serviços necessitam de um serviço de enfermagem, a única enfermeira que o Município possui é a que está na precariedade e portanto a mesma está contratada, é desta maneira que este assunto irá ser tratado. Acrescentou que, em quatro meses de executivo não houve assim tanto tempo para perceber as necessidades dos serviços, mas o exercício tinha que ser feito nesta altura porque a Lei também tem prazos para ser aplicada, ou seia, fez-se um levantamento das necessidades perante os precários que existiam. O que o executivo também fez foi utilizar as vagas que ainda estavam por preencher no Mapa de Pessoal (foi possível verificar que as vagas a concurso são exatamente as mesmas que constam do Mapa de Pessoal) e daí também essa questão não ter que ser tratada em termos de Assembleia Municipal. -----

claramente insuficiente o tempo para estudar, ainda mais um documento datado de sete de fevereiro. Sublinhou que parece-lhe incompreensível que chegue às mãos no dia vinte e três de fevereiro, sendo que os dias vinte e quatro e vinte e cinco de fevereiro são sábado e domingo, respetivamente.

sexta-feira, por volta das doze horas, sendo a Assembleia às nove horas e trinta minutos, sendo





-----Fez referência ao Programa de Regularização Extraordinária dos Precários, de admissão aos Quadros, dizendo que concorda plenamente com esta medida que emana de uma legislação aprovada pelo atual Governo e considera que só peca por tardia. Acrescentou que decorre da Lei, da legislação europeia onde aponta que, contratos sucessivos até três anos (sabendo-se até de vários casos em que se prolonga por sete e oito anos) para o deputado não é compreensível, quando os mesmos são necessários aos Quadros, a função existe e tratando-se de uma atividade que vai perdurar, deve integrar os Quadros. Esta situação permite à pessoa que entra para este lugar ter uma outra qualidade de vida e acima de tudo uma outra previsibilidade sabendo com o que pode contar no dia de amanhã. Referiu que foi feita a abertura de dezoito vagas para concurso, mas em seis de setembro de dois mil dezassete apontavam-se vinte e seis vagas. Acreditando que esse levantamento foi rigoroso, pensa, no entanto que, o mesmo deveria ter sido aprovado nesta Assembleia, havendo a necessidade de alterar o Mapa de Pessoal e talvez fosse oportuno que este concurso fosse alargado aos assistentes operacionais, nomeadamente para as escolas (todos os anos são feitos contratos e portanto podia haver uma definição dos Quadros que tão necessárias são nas nossas escolas) e o mesmo aos funcionários que são contratados para as Termas do Carvalhal e pensando ainda que talvez pudesse haver uma outra solução para estes últimos funcionários que todos os anos são contratados como uma verdadeira aposta no ------Diogo Gomes Carvalhas -------

-----Usou da palavra para cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Deputados da Assembleia e os restantes presentes. ----------Deu início à sua intervenção para fazer referência àquilo que o deputado da Assembleia Márcio Santos proferiu aquando da igualdade dos precários para com todas as outras pessoas que eventualmente poderiam concorrer. Todavia, o agora orador referiu que deve haver coerência naquilo que é a legislação laboral em Portugal, uma vez que é importante proteger as pessoas e que as mesmas tenham vínculos estáveis e desta forma questiona a razão dos vínculos com as Câmaras Municipais serem sempre precários, baseados em Contratos de Emprego e Inserção e Avenças, sem que as mesmas tenham proteção laboral adequada e possam ser despedidas quando, enfim, não forem precisas ou quando alguém se lembrar de as despedir ou houver uma mudança de executivo. Acrescentou que o mesmo se verificou no concurso dos professores, havendo professores com mais de dez anos a concorrer todos os anos, com contratos de nove meses e depois não sabem o seu futuro. É uma situação extremamente injusta e o mesmo se iria verificar na Câmara se não existisse legislação que permitisse a entrada para os Quadros das pessoas que naquele lugar se encontram a trabalhar e que são necessárias. Ainda assim, é preciso ser coerente, não se podendo um dia ir para o Jornal do Centro dizer que é preciso poupar duzentos e cinquenta mil euros por ano e depois resolver contratar dezoito pessoas. -----

## -----António Luís Fernandes Ferreira-----

-----Usou da palavra aproveitando para cumprimentar os Secretários, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, os colegas de Assembleia eleitos, a colega de escola Alcina, a Doutora Idália que passou a ter a função de redigir as atas. Referiu que irá abordar três pontos. O primeiro relaciona-se com a rentabilização dos trabalhadores da autarquia, felicitando o Senhor Presidente por isso, pois nota-se que efetivamente os trabalhadores estão a ser úteis, o que é importante quer para nós, porque estamos a rentabilizar o investimento quer para eles uma vez que qualquer trabalhador gosta de se sentir útil, tendo sido referidas nesta sessão algumas obras, mas de facto





é notória esta preocupação de rentabilização do investimento e a despesa que já se tem como assumida. -

-----Um outro aspeto abordado, e que diz respeito a uma informação enviada há algum tempo atrás com o expediente, foi acerca do Movimento de defesa do interior. Confessou que na altura o documento não despertou o interesse que deveria ter despertado e quando visualizou uma reportagem com o Doutor Miguel Júdice (uma das pessoas que encabeçava o movimento) achou extremamente interessante, sendo importante para o interior e uma das medidas abordadas foi a transferência dos benefícios que as empresas do litoral estão neste momento a receber, para as empresas do interior, para além de alguma compensação para aqueles trabalhadores que decidam e assumam trabalhar no interior. Referiu que é uma boa forma de defesa do interior e o texto da proposta sairá para o verão, tendo sugerido que na próxima Assembleia talvez ainda seja em tempo útil a possibilidade desta Assembleia se pronunciar, porque somos do interior e ignorar este assunto não fica bem. -----

-----O terceiro aspeto referido pelo deputado tem que ver com a Lei dos precários. Mencionou que, por um lado subscreve o que foi dito pelo deputado Márcio Santos, porque existem determinados princípios, muitos deles constitucionais, que no seu ponto de vista não se podem ultrapassar por uma questão de cumprimento da Lei mas também não se deve ultrapassar por defesa do interesse das pessoas, o princípio da igualdade. Com relação a este aspecto, refere que nesta Lei não existe princípio da igualdade nenhum e relativamente ao que anteriormente foi salientado, acerca da situação dos professores, salientou que continua a precariedade a ser muito mais acentuada do que é em relação a esta situação de privilégio dos precários, cujo privilégio explicou mais à frente. Sublinhou que quer que fique claro que gostaria que não existissem precários mas também gostaria que não existissem pessoas desempregadas ou pessoas do sector privado que trabalhem em condições muito difíceis e em termos remuneratórios, numa situação desfavorável, no entanto, as mesmas existem. Acrescentou que na verdade, quem neste momento está numa situação considerada precária, está lá porque quer estar, uma vez que ninguém é obrigado a estar nessa situação e muitos estão lá porque foram escolhidos para isso. Além disso, tinham em perspetiva, no futuro, ter uma posição melhor e não me parece que seja correto só eles poderem candidatar-se a essas vagas. Deveriam ser abertas a todos e isso só se faz com concurso. Referiu que em mandatos anteriores, foi aqui questionado e houve até alguma celeuma relativamente aos critérios adotados nos concursos, mas era um concurso. Quanto aos critérios, esses são sempre discutíveis e até aí, afirma que aceita. Mas relativamente aos Contratos de Emprego e Inserção são pessoas que foram escolhidas e agora passam a estar para a eternidade com um lugar guardado para elas. Acho muito bem que se criem as oportunidades, mas que as mesmas sejam para todos e quem naquele momento, em vez de estar sob a alçada do Centro de Emprego optou por ir trabalhar (por vezes num trabalho mais duro) com licenciaturas, com formação superior, no Continente, Intermarché e muitos outros lugares que agora vêm vedada a possibilidade de concorrer a esses lugares. Por isso, no que diz respeito à atual Lei, deixou a sua indignação e revolta. No entanto, tem que se ver a decisão que é tomada a nível local e nesse aspeto, felicitou o Executivo pelas opções que tomou. Por um lado, pelo sinal de imparcialidade que caminhou lado a lado com o sentido de responsabilidade. Imparcialidade porque as pessoas que se falam e algumas que se conhecem até porque eram lugares únicos que vão poder aceder a um contrato por tempo indeterminado, são pessoas que relativamente à cor política, não deixam qualquer dúvida e não são propriamente as pessoas que votaram neste executivo que está eleito, não são as pessoas que o apoiaram, não são da mesma cor política. Não obstante, em paralelo, com sentido de responsabilidade muitas dessas pessoas vão poder continuar a servir o nosso Município. E irão continuar porque o Executivo entendeu que existiam





um conjunto de serviços que não podiam parar, sendo necessário dar continuidade e para poder entrar por concurso, seria algo que demoraria vários meses ou porventura um ano. Desta forma, ocorreu uma conjugação da imparcialidade e lembrou que não se lembra de um tratamento como este, em que passou completamente para segundo plano a questão da cor partidária e colocou-se em primeiro lugar a responsabilidade de bem servir, garantindo os serviços que são essenciais para o funcionamento do nosso Município. Por outro lado, também destacou e felicitou o Senhor

Presidente porque estiveram várias vezes, lado a lado, nesta luta que tem que ver com a coerência. Acrescentou que o discutido foi a necessidade do posto de trabalho e por isso o Senhor Presidente foi completamente coerente com um dos critérios que defendia quando estava nas funções de deputado. Também quanto à questão dos critérios, o atual executivo nada pode fazer porque não foi o mesmo que constituiu e redigiu a Lei. Tentou sim minimizar, para ser coerente também, ou seja, apenas identificou aqueles que são necessidades básicas, serviços mínimos, porque no futuro, outro tipo de necessidades poderão esperar meses para a abertura de concursos e no futuro, aí sim com abertura de oportunidades a todos os interessados, com critérios transparentes, coerentes e claros. Desta forma, apesar da Lei ser, nascer e continuar a ser torta, o executivo conseguiu endireitar naquilo que era possível. Concluiu dizendo que o que defendia antes é o que defende agora e felizmente está a concretizar-se o que defendeu no passado
Márcio Ferreira dos Santos
relativamente aos precários e dizendo que o executivo não pode ser acusado de ter contratado estas pessoas, porque a escolha das mesmas não foi dele. A escolha dos precários foi do antigo executivo, do Senhor José Fernando Carneiro, cujos critérios eram conhecidos de todos. Salientou a sua revolta porque a Lei veio dar uma oportunidade, em termos legislativos, para contratar pessoas que são precárias por escolha do executivo anterior e cujos critérios de seleção nunca foram claros. Aproveitou para responder ao deputado Diogo Carvalhas relativamente à notícia do Jornal do Centro, onde se refere à mesma como uma contradição, uma vez que vão contratar dezoito pessoas, mas assinala que são dezoito num universo de duzentas que poderiam ser contratadas. Referiu que ficou com a ideia de que, de acordo com o que são as posições da bancada do Partido Socialista (pelo menos nesta sessão), a Câmara teria que contratar todas as pessoas e abrir aqui concurso, ao abrigo da Lei dos precários, fazendo a contratação de todos aqueles que reúnem os critérios. Disse perceber que se não há dinheiro, pede-se um empréstimo, sendo esta a filosofia do deputado Diogo Carvalhas e acrescentou que até os empréstimos se esgotam
Diogo Gomes Carvalhas
Retomou a palavra o deputado Diogo Carvalhas para dar nota do seguinte: pura matemática, poupando duzentos e cinquenta mil euros por ano, então as pessoas ganhavam pouco mais de mil euros por ano, o que seria altamente inverosímil
Na continuidade da sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente para que pudesse responder às várias questões colocadas.
Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal
Interveio o Senhor Presidente cumprimentando todos os presentes, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Secretários, caros visitantes (Senhora Alcina e Senhor José Augusto) felicitando-os pela vinda à sessão de Assembleia. Aludindo às várias intervenções que foram



feitas, o Senhor Presidente respondeu por temas (Lei dos Precários e limpeza das florestas) ao invés de responder a cada um dos deputados.

-----Começou por afirmar que teve oportunidade de dizer pessoalmente, aos Senhores Secretários de Estado da Proteção Civil e das Florestas que o que os mesmos estão a pedir é impossível de concretizar, justificado por fatores temporais (pois é impossível limpar no prazo estabelecido) e financeiros (pelas contas efetuadas pelo executivo seriam necessários dois milhões de euros para efetuar a limpeza). Todavia, o Governo ainda refere que, uma vez que a Câmara não tem meios, cria-se uma brigada de sapadores, mas a proposta é no sentido da criação de uma brigada de sapadores para os catorze Municípios da Comunidade Intermunicipal. Como tal, em termos operacionais terá alguma dificuldade em resultar, senão veja-se: uma equipa de sapadores em que os funcionários sejam de Santa Comba Dão e seja necessário realizar um trabalho em Pereiró (Cabril), a brigada sai na hora normal do trabalho e chegam tardiamente a Pereiró pois a distância é considerável, chegam na hora em que será necessário regressar a casa. Também como a Câmara não tem capacidade financeira para fazer este trabalho, o Governo fala numa linha de cinquenta milhões de euros, não a fundo perdido, mas empréstimo. Considerando que são necessários dois milhões de euros, será sustentável fazer este empréstimo? Além de que ninguém sabe onde está esta linha de financiamento, pois não existem critérios, fala-se da linha mas ninguém sabe onde se pode recorrer à mesma. Em modo de conclusão referiu que teve a oportunidade de dizer ao Senhor Secretário do Estado da Proteção Civil que estavam unicamente a chutar a responsabilidade para as Câmaras Municipais. Em modo de desabafo acrescentou que um Presidente de Câmara, com a atual Lei em vigor, e que tenha um incêndio no próximo verão com perda de vidas, fica com a vida dificultada. Em modo de resumo referiu que a Lei está a responsabilizar os Presidentes de Câmara e mesmo que estes últimos digam que não tinham meios para o fazer, o Governo argumentará que foram criados brigadas de sapadores (equipando o território) e se afirmarem não ter dinheiro para o fazer, ripostam que eram possuidores de uma linha de financiamento. Acrescentou que tem havido muita desinformação e para quem fizer contas, num hectare, com distância entre copas de dez metros (considerando que cada árvore tem três metros de copa para cada lado) dá cerca de trinta e seis árvores por hectare. Questionou se esta forma de atuar é prevenção florestal. Acrescentou que enquanto a floresta for rentável não deixará de haver incêndios como os que acontecem. Mas será que com trinta e seis ou trinta e sete árvores, por hectare, a floresta é rentável? Considerou que perante o que se está a viver, haverá uma grande regressão. Salientou também que a Lei diz que o proprietário é obrigado a limpar mas caso a Câmara o faça, por impossibilidade do proprietário o fazer, a mesma pode vender o que cortou para pagar o custo que teve com o trabalho e caso seja insuficiente pode debitar ao particular o trabalho de limpeza. Mas todos sabem que, por vezes, ninguém sabe quem são os donos (às vezes de trinta herdeiros, muitos deles sem saberem que têm esses terrenos, entre outras situações). A este respeito acrescentou que o Gabinete Técnico-Florestal do Município encontra-se a realizar um trabalho em parceria com a Guarda Nacional Republicana e com os Bombeiros, indo às freguesias, estando próximo das populações prestando esclarecimentos adicionais tal como no gabinete atrás referido, onde se tem feito esclarecimento aos vários munícipes. ------

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire, dizendo que este é o seu trabalho, querendo fazer uma gestão muito próxima das Instituições estando sempre ao lado das necessidades das mesmas quer sejam elas Bombeiros, Escolas, Centros de Saúde ou qualquer outra Instituição. Referiu que de facto os comandantes dos Bombeiros foram retirados da Comissão Municipal da Defesa da Floresta e foi integrado o Instituto da Mobilidade e dos



Coleman &

Transportes. Salientou que o atual Executivo faz questão que os Comandantes façam parte dessa comissão, que integrarão a mesma por convite do executivo, caso contrário não fariam parte. Questionou se, para a prevenção florestal, haverá Instituição mais importante num concelho para além dos Bombeiros. Considera que a questão está a ser tratada muito levianamente e o Governo está apenas a preocupar-se com a desresponsabilização. Acrescentou também que no final da sessão ocorrerá uma reunião com a Engenheira Florestal do Município e com os Presidentes de Junta para explicar a estratégia que se pretende adotar, mas que resumidamente quer criar cinco equipas de vigilância por todo o concelho para uma primeira intervenção aproveitando os kits das Juntas de Freguesia. Sublinhou que é preciso trabalhar em vez de se andar com a legislação, é fundamental ter-se o território patrulhado constantemente para se ter uma capacidade de resposta rápida, em caso de incêndio, fazendo-se algum trabalho de prevenção. Paralelamente, entra-se no mês de março - mês da floresta - com a realização de um seminário e foi sugerido pelo Executivo a discussão de uma proposta de regulação que se pretende implementar e que visa a reflorestação, ou seja, os nossos montes estão cheios de mato e não estão valorizados e a intenção do Executivo é a apresentação de uma proposta de regulação no sentido do apoio à reflorestação. É um tema a ser discutido, todos serão convidados a estar presentes nesse

---Com relação ao segundo assunto, a questão dos precários, iniciou a sua intervenção para dar a sua opinião pessoal acerca da Lei, não concordando com a mesma. Todavia, é uma forma de resolver algumas situações que existem. O Executivo fez uma avaliação dos serviços, reorganizou os mesmos (estavam duas Técnicas Superiores no arquivo e uma ficou afeta a tudo o que se relaciona com financiamentos comunitários, apoios dos Ministérios, para se ter alguém focado neste tipo de programas, conhecendo as áreas onde possam haver apoios e a Câmara poder aproveitar uma linha; afetação de um Técnico Superior de Engenharia Civil, que estava no Gabinete de Auditoria, para a elaboração/revisão do Plano Diretor Municipal) e também não é possível trabalhar com dois calceteiros apenas, quando no final do mês sairão cerca de trinta em Contratos de Emprego e Inserção que estavam a colmatar as equipas; o Jardim Municipal e a sua manutenção (casas de banho e exterior) é assegurada por pessoas em Contratos de Emprego e Inserção; não se pode manter as Piscinas sem Técnicos de Desporto para lecionarem as aulas e é evidente que temos que ter uma Unidade Móvel de Saúde em funcionamento. Perante o exposto, é evidente que foi feita uma avaliação da real necessidade dos serviços da Câmara Municipal e daí ter surgido a lista de vagas que foram abertas. -----------Referiu que na questão do Jornal do Centro, apresentada pelo deputado Diogo Carvalhas, o que foi escrito resultou de uma conversa telefónica e o que o Senhor Presidente disse ao jornalista não foi precisamente para poupar duzentos e cinquenta mil euros, mas antes que pelas contas que fez, íam chegar ao final do ano com um gasto de duzentos e cinquenta mil euros a mais do que a Lei do orçamento do estado permitia à Câmara Municipal. Contudo, acrescentou que o gasto foi superior, cerca de trezentos e onze mil euros de despesas a mais com o pessoal. ------Relativamente à questão colocada pelo deputado Constantino relativo ao destino da biomassa, é uma sugestão positiva e irão (enquanto Executivo) perceber como poderão corresponder. ----------Também felicitar o deputado João Henrique pelo facto de fazer um convite extensível a toda a comunidade, sendo uma causa tão nobre. ----------Referiu-se à situação da água como sendo uma preocupação constante e informou que estão a ponderar fazer a conduta (cujo empréstimo foi aprovado pela Assembleia Municipal) por administração direta, com as pessoas e meios que o Município possui e de forma mais rápida,



Cherro Cherro

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
São Joaninho
Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para referir que se farão todos o esforços no sentido de nas próximas sessões a documentação chegar a tempo e dentro do praz que o Regimento da Assembleia Municipal prevê
Relativamente à conclusão das casas de banho em São Joaninho referiu que já esta acordado com o Presidente de Junta da São Joaninho sendo algo que se pretende concluir, ber como outros processos, realizando um trabalho mais próximo das freguesias e das aldeias. Nesto caso em concreto, não faz sentido uma obra que está em curso fique com as casas de banho er tosco
Relativamente ao abastecimento de gasóleo, referiu que se tem procedido a alguma alterações de procedimento e por vezes existem ajustes a serem feitos estando o executivo recetivo a sugestões
Quanto às vinganças mesquinhas, disse não saber a que se estava a referir o deputado Marco Andrade e que não é seu apanágio nem forma de estar, pelo que não respondeu
Também a questão dos cães abandonados já está a ser concertada e a tentar arranjar-se uma solução
A questão da rotunda das Termas do Carvalhal e do talude junto ao armazém, corresponde ao início de embelezamento de algumas zonas da nossa vila e não só. Acrescentou que o deixa orgulhoso ouvir munícipes a questionarem a autoria da realização do muro junto ao armazém e poder responder que são os funcionários da Câmara que o estão a executar. É vontade do Executivo continuar a realizar obras contudo, algumas delas não dependem só da vontade, como é o caso da rotunda das Termas do Carvalhal que não sendo da responsabilidade do Município já reuniu com as Infraestruturas de Portugal e foram apresentadas várias situações que se pretende paulatinamente, e de acordo com o planeamento dos trabalhos, serem requalificados e que serão executados. No talude serão colocadas plantas autóctones que não necessitem de grandes quantidades de água.
pois uma obra como esta, de cerca de setecentos mil euros, com concurso público internacional, com prazos, timings, reclamações, como habitualmente acontece, demoraria para acontecer e que na sua expectativa o Município pouparia cerca de trezentos e cinquenta a quatrocentos mil euros. Salientou que, como o Município recorreu a um financiamento bancário, é ideia do Executivo amortizar esse valor do empréstimo.





15 Charles

<u>Ponto Um</u> – Apreciação e votação da ata da sessão extraordinaria de trinta de novembro de dois mil e dezassete.
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade
<u>Ponto Dois</u> — Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e dezassete
Tomou a palavra o deputado Diogo Carvalhas para referir que as atas são sempre um resumo do que se passou e dos pontos essenciais da intervenção de cada deputado mas não deixa de notar que quanto à sua intervenção, no ponto do orçamento, foi completamente omitida uma questão que colocou acerca do turismo, nomeadamente qual seria a ideia que o Executivo teria quanto à pista de ski e do teleférico. Foi também omitida a resposta do Senhor Presidente. Considera que essas correções deveriam ser feitas para que a ata podesse ser aprovada. Acrescentou ainda que parece que existe uma deliberada tentativa de omitir certos pontos que não são convenientes
Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para referir que neste caso não lhe parecer ser extremamente importante e, provavelmente quem redigiu a ata terá entendido como um comentário à parte. Considerou que talvez não tenha tanta relevância que impeça a aprovação da mesma.
Dando continuidade à sua intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, usou a palavra para dizer que as intervenções feitas nas sessões de Assembleia devem ser feitas com o propósito de dar um contributo para a sessão. Acrescentou que não teve qualquer interferência na elaboração da ata e sublinha que, por vezes, é necessário fazer ajustes somente para que a ata tenha um aspeto mais cuidado
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com o voto contra do deputado Diogo Carvalhas
Finda a votação, o deputado Diogo Carvalhas fez a seguinte declaração de voto: "Existe uma deliberada tentativa de omitir certos pontos que não são convenientes"
Ponto Três — Conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças de Jovens referente ao ano de dois mil e dezassete, nos termos da alínea j), do número dois do artigo 18.º da Lei número 142/2015 de oito de setembro.————————————————————————————————————
O Senhor Vereador e cumulativamente Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire, Armando Lemos, esclareceu sobre o assunto em apreço.
Ponto Quatro – Discussão e aprovação da Alteração ao Regulamento de Obras do Parque Industrial Ouvida, aprovado em Reunião de Câmara do dia catorze de dezembro de dois mil e dezassete e enviado à Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro
A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que a alteração ao Regulamento de Obras do Parque Industria



16 Cherry

a Ouvida tem que ver com a possibilidade de se anexarem lotes, dando lugar a possibilidade correr uma agregação	
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade	
Ponto Cinco — Discussão e aprovação dos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, aprovados em Reunião de Câmara do dia dois de fevereiro de dois mil e dezoito e enviado à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro	
Constantino Duarte Silva	
Usou da palavra para questionar o seguinte: - A área a que se refere é a área geográfica ou a área urbana?; - A área urbana da vila de Castro Daire foi inserida na área geográfica da Freguesia de Castro Daire (a área urbana da vila de Castro Daire é limpa pelos funcionários da Câmara, ao invés das outras freguesias)?	
José de Almeida Gonçalves	
Deixou uma brochura aos deputados do Executivo e da Mesa da Assembleia e iniciou a sua intervenção dizendo que discorda completamente da distribuição que foi feita porque não se está a limpar habitantes mas sim a área que pisam. Considera que o modo correto seria verificar qual a área que é necessário limpar e distribuir o montante pelos metros quadrados que essa área der. Acrescentou que quantos mais habitantes tiver uma rua, mais limpa ela está, porque ao passar vai limpando e nessa lógica, Cabril, tem três povoações como as Levadas (uma das povoações mais visitadas da freguesia de Cabril) que não tem habitantes, o Crasto (onde existe o monumento nacional) que não tem habitantes e Pereiró (uma povoação ribeirinha) que tem um casal a morar. Sublinhou que quando elaboraram a toponímia, elaboraram um cartaz onde estão assinaladas todas as povoações e as ruas que cada povoação tem e na freguesia de Cabril existem cento e quarenta ruas, muitas delas com mais de seiscentos metros e que têm que se limpas. A freguesia recebia quinze mil euros, e gerido, permitia fazer duas limpezas por ano mas agora com onze mil euros não dá e sugeriu que a Câmara fizesse a limpeza verificando que ele tem razão. Referiu que se fez acompanhar da brochura, e pela análise da mesma, é possíve analisar que com este modo de distribuição, não dá. Considera que o erro está em colocar os habitantes como critério porque Cabril ao fim de semana tem o dobro dos habitantes relativamente aos dias de semana. Terminou a sua intervenção dizendo que se fosse Presidente de Junta de Cabril não aceitaria o Acordo de Execução porque não há outro financiamento além do Fundo de Financiamento das Freguesias e do Imposto Municipal sobre Imóveis e apela ao Senho	



Presidente que reveja a situação de Cabril porque tem cento e quarenta ruas para limpar e muitas delas com mais de seiscentos metros
José Pereira Almeida
Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores. Referiu-se à sua intervenção como uma declaração de voto, uma vez que vai votar na base da abstenção dado que não foi convocado para a reunião que existiu com os Presidentes de Junta e com o Executivo municipal. Perante esta situação não se pode pronunciar acerca dos Acordos de Execução. Por outro lado, referiu que considera que os critérios não estão adequados, comungando do ponto de vista do deputado José Gonçalves pois a área é relativa e caso se contabilize a área que está de montanha e que não tem intervenção, não faz sentido. É importante que se contabilize a área onde se irá intervir
Pedro Manuel da Silva Duarte
Interveio cumprimentando a Mesa, o Executivo, os colegas e os deputados da Assembleia. Referiu que o Secretário da Junta de Freguesia de Cabril adiantou-se relativamente ao que ele tinha para ali dizer relativamente a este ponto da ordem de trabalhos embora já o tivesse dito na reunião preparatória com o Executivo municipal. Todavia, destaca a não concordância com o Acordo porque na Freguesia de Cabril, quarenta por cento da população, está na sua maioria, no estrangeiro e portanto não votam em Castro Daire, mas vêm cá passar as suas férias. Considera que o Executivo deverá ponderar sobre isto, nunca podendo ser com o critério da população porque existem freguesias em que a população não está presente. Concluiu, dizendo que, quer transmitir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que o mais correto é que não haja nenhuma transferência para a Junta de Freguesia de Cabril e que a Câmara assuma a limpeza.
Marco Aurélio Lírio Andrade
Usou da palavra para referir que quando foi assinado o Acordo de Execução, no anterior executivo, foi uma guerra acrescentando que os Presidentes de Junta tiveram que se unir para ser reposto um terço daquilo que já tinha sido atribuído pelo anterior Executivo, porque no âmbito das competências das Juntas de Freguesia, seria impossível fazer a limpeza das mesmas, inclusive referiu que houve um ano sem verba absolutamente nenhuma. Posteriormente, fez a reposição de algum dinheiro. Disse que falou com o anterior Senhor Presidente da Câmara referindo que não era muito favorável aos critérios que haviam estabelecido, tendo criado um plafond e grupos de Juntas de Freguesia com características diferentes mas com os mesmos valores
Acrescentou que quando decorreu a reunião preparatória com o atual Executivo, existiu um critério que no seu ponto de vista foi correto. Foram adotados critérios mas se realmente fosse atribuído à sua freguesia um valor inferior ao do anterior mandato, a sua posição seria como a do Presidente da Junta de Freguesia de Cabril e não aceitaria fazer a limpeza porque a verba seria manifestamente insuficiente para limpar catorze aldeias da freguesia. Todavia, foi prometido um aumento e agora existirem freguesias que não vão receber esse aumento, não concorda. Quanto aos critérios, felicitou o Município porque tem um critério mais sério do que o que anteriormente estava em uso, já que anteriormente juntas diferentes recebiam o mesmo valor. Neste caso, diz aceitar embora um pouco contrariado, porque ainda não está reposto o montante que as Juntas recebiam, na base do que era transferido no Fundo de Financiamento das Freguesias e que aí sim deixaria as freguesias um pouco mais autónomas
Márcio Ferreira dos Santos

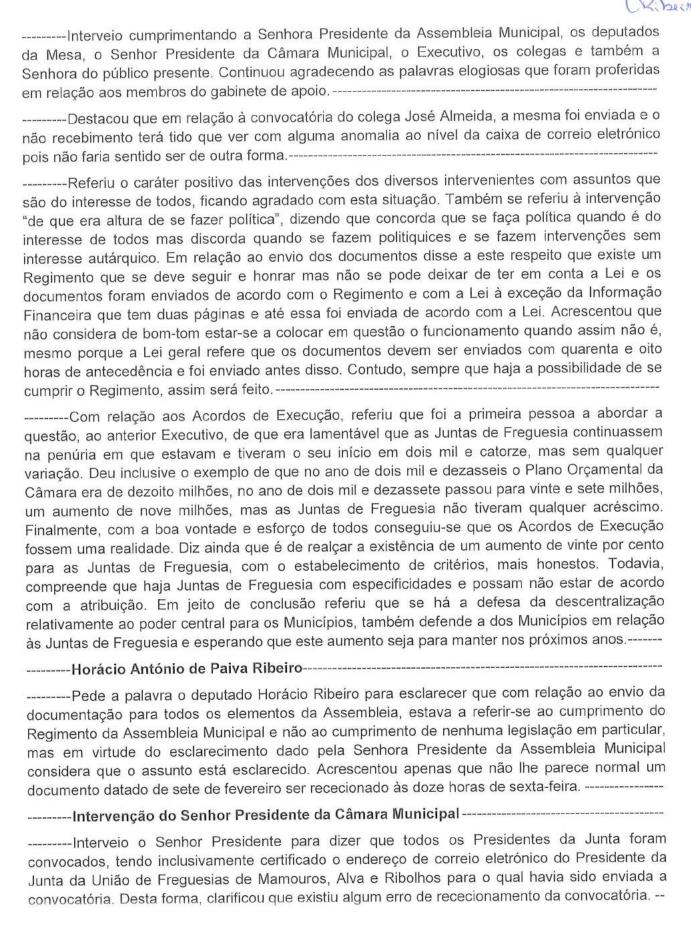




Interveio dizendo que quer louvar o exercício que tem sido feito pelo Executivo, nomeadamente pelo facto de se estar a ter este debate porque foram definidos critérios e desta forma, foi possível concordar ou não com eles. De facto, esses critérios nem sempre foram tão evidentes. Os critérios utilizados, trinta e cinco por cento para a população e sessenta e cinco por cento a área geográfica sendo essa área apenas a área urbana. A Junta de Freguesia de Cabril poderá ser um caso peculiar em relação a isso porque em termos de população é diferente durante a semana ou ao fim de semana, por questões profissionais, podendo a junta sentir-se prejudicada, mas a verdade é que tem critérios e isso é de louvar. Diz acreditar que o Presidente da Junta de Freguesia de Cabril e o Executivo hão de chegar a um entendimento.
Horácio António de Paiva Ribeiro
Usou da palavra para felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal por ter conseguido um aumento de vinte por cento de transferências para as Juntas de Freguesia que certamente bem precisam deste investimento para levar a cabo aquilo a que é a sua missão.
Continuou dizendo que haver critérios é bom e é evidente que quando se definem há sempre os que são beneficiados numa primeira linha e outros que se calhar não são tão beneficiados. Ao deputado, o que lhe parece, referiu, é que deveria ter havido o cuidado de nenhuma freguesia receber menos do que recebia anteriormente, devendo ser esse o princípio a ter em atenção, já que havia esse compromisso. Todavia, salientou que quando se definem novos critérios não se dá conta de alguns erros pelo que deverá haver esse cuidado no próximo protocolo a ser assinado e reparar nas várias especificidades de cada Junta de Freguesia
Por fim, terminou a sua intervenção pegando no assunto abordado pelo António Luís – Movimento de Defesa do Interior –, achando que todos devem dar o exemplo, porque se realmente se atentar às verbas transferidas, quem recebe mais são as freguesias maiores. Sublinha que é um acérrimo defensor do investimento no interior e considera que, não deve dentro das freguesias do concelho, praticar discriminação negativa para aquelas que vivem mais na interioridade, acabando por ser menos beneficiadas
António Luís Fernandes Ferreira
Tomou a palavra destacando o seu agrado pela forma construtiva e elevada com que se abordam os pontos da ordem de trabalhos, não sendo de surpreender que tem sido esta a postura ao longo do tempo. Relativamente ao assunto em discussão, referiu que é sempre importante que existam critérios definidos e com os quais é possível concordar ou discordar. Não obstante, é importante ter a noção que, uma vez que foram definidos, para equilibrar e tornar mais justa a distribuição, também se está num ponto de partida e atendendo a que o que distingue os humanos é a inteligência e a capacidade de pensar, ocorrerá uma reflexão, porque é assim que acontece em tudo, vai ser posto no terreno este processo, naturalmente poderão existir necessidades de ajustamento, realizados posteriormente, por exemplo, no peso de cada um dos critérios e eventualmente na divisão de um dos critérios em dois subcritérios e também estabelecer uma base de ponderação para ambas. Mas o ponto de partida foi bom, em especial porque ocorreu um aumento de vinte por cento. Mais uma vez destacou a coerência pois ela é importante quer na vida quer na política e vai ao encontro do que o Senhor Presidente sempre defendeu nesta Assembleia enquanto deputado, o aumento para as Freguesias. É um aumento de vinte por cento, multiplica por dez vezes os valores de atualização da inflação e o que questionou foi, se de facto, este caminho que agora começou a ser trilhado é para ter continuidade no futuro.
Alexandre Paulo Simões Pereira











Continuou dizendo que com relação às questões que foram levantadas, aquando da elaboração do Plano e Orçamento foi dizendo aos vários Presidentes de Junta que num estádio nicial fossem considerados os valores dos antigos Acordos de Execução, no entanto iriam tentar aumentar o valor dos mesmos, e aumentou-se em vinte vírgula quarenta e dois por cento, o que considera positivo. Quanto aos critérios, foram usados os mesmos do passado, nomeadamente a área e que era aplicado no Fundo de Financiamento das Freguesias mas que está disposto a alterar os critérios, no entanto haverá sempre quem receba mais e outros menos. Fez-se uma igeira adaptação porque se percebeu que existe um território que está a ficar desertificado e dessa forma, atribuiu-se um peso ligeiramente superior à área e um pouco inferior à população. Salientou que estão dispostos, no próximo ano, a discutir uma fórmula de cálculo diferente fazendo a ressalva que na lógica de gestão do executivo se pretende que os critérios sejam claros e transparentes para todos e neste caso, o são.
José de Almeida Gonçalves
Passado e face a esse valor, aceitaria. Considera que se passa a ideia de aumento de vinte por cento, que houve, mas não para a Junta de Freguesia de Cabril. Acrescentou que a mesma recebe menos vinte e três por cento, mas pediu ao Senhor Presidente que tente manter o que estava anteriormente acordado.
Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal
Com relação à última intervenção, referiu que julgou que a atual fórmula de cálculo fosse do agrado do deputado já que a mesma foi usada em mandatos anteriores, quando ainda era Presidente de Junta, sendo considerada a área da freguesia e a população. Usou o exemplo da Junta de Freguesia de Castro Daire que possivelmente é a junta com maior área urbana e nesse caso pode ser mais beneficiada. Para o corrente ano a fórmula foi a apresentada e, com base no historial, sempre terá havido entendimento.
A Senhora Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para referir que não são os protocolos ideais e que todos gostariam de obter, os ótimos, mas são os possíveis referindo que considera que os Presidentes de Junta terão todo o apoio do Senhor Presidente da Câmara.
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com o voto contra dos Presidentes da Junta de Cabril e Cujó e do deputado José de Almeida Gonçalves e com a abstenção do Presidente da Junta da União das Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos e do deputado Constantino Silva
Finda a votação o deputado José Gonçalves fez a seguinte declaração de voto: "Votei contra não porque esteja contra os protocolos mas apenas porque este acordo é altamente lesivo para a freguesia a que pertenço. É lógico que não posso votar uma coisa que nos prejudica"
Também o deputado Constantino Silva fez a seguinte declaração de voto: "Eu abstive-me nesta votação por uma simples razão, o Executivo não está a ser igual, não está a tratar de igual forma as diferentes freguesias do Município.
Ponto Seis — Aprovação da Área de Reabilitação Urbana, nos termos da alínea h) do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro.———Usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pretende esclarecer o assunto em apreço.





O Senhor Presidente da Câmara referiu que este documento foi aprovado pelo anterior Executivo e recentemente foi confrontado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (que financia alguns projetos) solicitando a data da aprovação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) pela Assembleia Municipal e nessa altura deu-se conta da inexistência dessa data. A ARU foi aprovada em Reunião de Câmara em junho de dois mil e dezasseis pelo que tem carácter de urgente aprovação por esta Assembleia
Márcio Ferreira dos Santos
Usou da palavra para dizer que na altura fazia parte do órgão executivo pelo que tem dúvidas sobre se deve, ou não, votar. Para evitar qualquer tipo de incompatibilidade que possa existir, opta pela abstenção
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com a abstenção do deputado Márcio Santos
Ponto Sete — Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade no Município, bem como da situação financeira do mesmo
Constantino Duarte Silva
Usou da palavra o deputado Constantino Silva para questionar quando se acerta o fuso horário do Município ao nível da iluminação pública. Referiu que caso se percorra o concelho dáse conta que por vezes é de noite e as luzes não ligaram e outras vezes ainda é de dia e as luzes continuam ligadas. Acrescentou que não faz sentido numa povoação, com dois Postos de Transformação, um ligar e ainda ser de dia e o outro ligar a altas horas da noite. Disse que o sistema antigo, automático, que funcionava pela iluminação diurna era mais correto
Deu louvor ao Executivo pela celeridade com que está a tratar o Plano Diretor Municipal com a introdução de um Técnico Superior para avançar com este plano
Destacou a expressão existente na Informação do Presidente "Esforço enorme para substituição de aquecimento nas nossas escolas" e questionou se o Município está na penúria, pois tratando-se de uma necessidade, tem prioridade e as prioridades são para se fazerem no momento.
Diogo Gomes Carvalhas
Interveio dizendo que insiste num ponto que já abordou na última sessão de Assembleia que tem que ver com a situação financeira do Município, tendo sido passada a narrativa, pelo atual executivo e por outros elementos que compõem a coligação Partido Social Democrata e Partido Popular, de que o Município vive neste momento uma situação financeira muito difícil herdada do anterior Executivo camarário. Acrescentou que já foi várias vezes solicitado um balancete da situação financeira a trinta e um de outubro do ano passado, ou seja, aquando da passagem da pasta para que pudesse ser analisada e nunca foi feito, sendo que o balancete é algo que se tira em cinco minutos. Por outro lado, a situação financeira do Município demonstra uma boa situação financeira com disponibilidades de caixa, com disponibilidades de saldo de gerência para o próximo exercício
Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal



tem sido uma fatura elevadíssima, disse que efetivamente existem problemas pelo concelho fora e pedia ao deputado Constantino Silva, bem como a todos os deputados, que sempre que existissem situações como a que descreveu, as fizessem chegar ao Executivo, porque a programação foge à ação direta do Município.
Quanto à questão do Plano Diretor Municipal (PDM) referiu que internamente os funcionários olhavam para o mesmo como algo que tinham que realizar mas com o reboliço do dia a dia o PDM (a ficando para segunda opção. Face ao exposto, com a reorganização interna que houve, alocou-se um Técnico Superior, estando focado a cem por cento à revisão do PDM, algo fundamental. Não se pode querer desenvolver o concelho e ter um PDM castrador do mesmo
Relativamente ao aquecimento nas escolas, disse que as palavras "esforço enorme" existem porque, quando o executivo iniciou o mandato, encontrou várias escolas sem aquecimento e dentro do orçamento do ano passado já não havia verba para conseguir resolver de imediato a questão, tendo que ser feito com o orçamento para dois mil e dezoito. Mudaram-se trinta e seis aquecedores de uma só vez, quando se podia ter feito de forma gradual
Abordando a questão do deputado Diogo Carvalhas, esclareceu que tirar um balancete demora menos de cinco minutos, quando o sistema o permite. Talvez não o tivessem informado que em todas as Reuniões de Câmara existiu uma informação da Associação de Informática da Região Centro (AIRC) — empresa fornecedora dos serviços informáticos — esclarecendo que não conseguiu resolver o problema e enviar o documento. Assim, referiu que seria importante que o deputado se munisse de todas as informações que sustentam as suas afirmações
A Assembleia Municipal toma conhecimento
Ponto Oito – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro, ambos do artigo 57.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa.
A Assembleia Municipal, em conformidade com o número três, do artigo 57.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta para produção de efeitos do disposto no número quatro, do já mencionado artigo 57.º do mesmo diploma legal supramencionado
E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Eulália Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram doze horas e quarenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Idália Sofia Ferreira Ribeiro, Secretária da reunião, para o efeito designada, que a secretariei e redigi

A SECRETÁRIA,

Tdala Sofia Ferreira Ribeiro-

-Maria Eulália da Silva Teixeira-